

JUIZADO ESPECIAL

[Portal do Conhecimento](#) / [Legislação](#) / [Legislação Selecionada](#) / [Legislação por assunto](#)

Data da atualização: 25.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
Lei Federal nº 13.994, de 24 de abril de 2020	Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para possibilitar a conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.
Lei Federal nº 13.728, de 31.10.2018	Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para estabelecer que, na contagem de prazo para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, serão computados somente os dias úteis.
Lei Federal nº 13.603, de 09 de janeiro de 2018	Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir a simplicidade como critério orientador do processo perante os Juizados Especiais Criminais.
Lei Federal nº 12.726, de 16 de outubro de 2012	Acrescenta parágrafo único ao art. 95 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para dispor sobre o Juizado Especial Itinerante.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
Lei Estadual nº 6.734, de 27 de março de 2014	Cria o VII juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher da comarca da capital e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO DO PGERJ

LEGISLAÇÃO	EMENTA
Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 35/2020	Implanta o sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje, nos Juizados Especiais Cíveis das Comarcas elencadas no anexo do presente ato e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br